

## política

Repórter Brasília  
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Impacto da reforma tributária no agro

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB) solicitou ao ministro da Fazenda, Dário Durigan, os dados atualizados sobre os impactos da reforma tributária do consumo no setor agropecuário. O documento solicita estatísticas da Receita Federal detalhando o número de produtores rurais com faturamento superior a R\$ 3,6 milhões nos últimos cinco anos, limite que tornará o produtor obrigado a aderir ao novo regime da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) a partir de 2027. O parlamentar ressalta que as últimas informações disponibilizadas pelo governo são de 2023 e cobra transparência sobre quantos empreendedores efetivamente serão afetados pela transição. “Trata-se de uma questão de suma importância social e econômica, cujos impactos terão o condão de estimular a produção rural ou culminar no aumento da carga tributária do setor, com possíveis prejuízos ao abastecimento interno de alimentos e ainda maior impulso no índice de inflação de alimentos”, justifica o emedebista.



WASHINGTON COSTA/MF/DIVULGAÇÃO/JC

## Recomendação para transporte escolar

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou às prefeituras de Mariano Moro e Campo Novo a adesão ao Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar (Sete) para a realização do georreferenciamento de suas rotas. O órgão destaca que a plataforma gratuita do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) exige isso para o repasse de verbas e evita distorções financeiras. “O mapeamento das rotas de transporte escolar, aliados à fiscalização e à publicidade adequadas, podem evitar o superfaturamento decorrente de pagamento indevido por distâncias adulteradas, rotas inexistentes e serviços não prestados”, ressalta o MPF.

## Controle de algoritmos nas redes sociais

A deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSOL) protocolou projeto de lei que garante aos usuários de redes sociais o direito de desativar os “algoritmos de recomendação” e optar por receber conteúdo exclusivamente das contas que escolheram seguir. A proposta altera o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para exigir que a opção seja apresentada de forma clara e acessível pelas plataformas, limitando o uso de dados de perfilamento comportamental e proibindo totalmente a sua aplicação para crianças e adolescentes. “Sistemas de recomendação podem auxiliar o usuário; a decisão de ser perfilado e de receber essas recomendações deve pertencer a ele”, escreve a parlamentar.

## Alíquota zero para compras de baixo valor

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) e outros parlamentares, incluindo o gaúcho Marcel van Hattem (Novo), apresentaram projeto de lei complementar para conceder alíquota zero da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a vendas no mercado interno de até US\$ 100 realizadas para pessoas físicas. A proposta busca equalizar a carga tributária do varejo nacional com a isenção dada a importações de pequeno valor, condicionando a manutenção do benefício doméstico à existência de tributação nula nas compras vindas do exterior. “Em vez de eliminar essa assimetria onerando as importações - o que penalizaria o consumidor brasileiro, que já suporta uma das cargas tributárias sobre o consumo mais elevadas do mundo - esta proposição busca a isonomia pelo caminho inverso: aliviando a tributação federal sobre as vendas de baixo valor realizadas no mercado interno, até equipará-la à das importações de pequeno valor”, explicam os autores.

## Fachin endossa Moraes e determina fim do sigilo

Decisão contraria Mendonça, que alega risco às investigações

## / SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, endossou, nesta segunda-feira, o pedido de Alexandre de Moraes e determinou o fim do sigilo da investigação sobre a rede de pagamentos do Banco Master, contrariando a posição do ministro André Mendonça, que alega risco às investigações. Logo após a decisão, o processo ficou público no sistema do STF.

Mais cedo nesta segunda, a Procuradoria-Geral da República (PGR) também se manifestou favorável à publicidade desse trecho da apuração, que envolve o banqueiro Daniel Vercaro.

O fim do sigilo sobre a teia de transferências do Master ocorre horas antes de o plenário do STF decidir, nesta terça-feira, 15, se abre ou arquiva uma investigação para apurar a relação entre Alexandre de Moraes e o banqueiro.

Em ofício enviado, no domingo, a Fachin, Moraes afirmou que o acesso ao processo que envolve a rede de pagamentos do Master é fundamental para o julgamento.

O vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho, reforçou em

parecer divulgado nesta manhã que o levantamento do sigilo é necessário para que os ministros tenham acesso a todos os elementos relevantes para o julgamento.

“Como se trata de documento tido como relevante para que Ministro desse Tribunal possa compreender a totalidade dos fatores que o tema a ser debatido envolve, em coerência com as premissas do parecer anterior, a Procuradoria-Geral da República entende que deve também ser retirado o sigilo da PET 15645 para o conhecimento dos integrantes da Corte”, afirmou.

Na última sexta-feira, a PGR

questionou o fato de a lista de documentos liberados pelo ministro André Mendonça no caso Master não incluir “grande parte dos procedimentos correlatos à investigação mais ampla da chamada Operação Compliance Zero”.

Na ocasião, a PGR defendeu a retirada do sigilo de todos os procedimentos relacionados ao caso. “Para que não se dê tratamento diferenciado a situações de igual repercussão, o Ministério Público Federal requer seja determinado o levantamento do sigilo, sem exceção, de todas as peças e procedimentos vinculados à PET 15556, com as ressalvas já mencionadas”, afirmou.

G.DETMAR/CN/DIVULGAÇÃO/JC



Determinação do presidente do STF tornou processo público

## Manifesto da Federasul alcança 150 assinaturas

O documento da Federasul endereçado ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, recebeu 150 assinaturas de entidades filiadas e dos presidentes do Bloco Empresarial (FAGV, CDLPOA, Sindilojas POA, Federação Varejista do Rio Grande do Sul, Agas, Sescon/RS e Setcergs).

O texto foi emitido pela Federasul na última sexta-feira e é resultante da Carta de Gramado, aprovada por unanimidade no 22º Congresso da entidade, realizado, na serra gaúcha.

O Manifesto solicita a abertura de investigação, em caráter de urgência e com total transparência, do ministro Alexandre de Moraes e também dos demais ministros da corte

citados em procedimentos da Polícia Federal (PF) por possível envolvimento com suspeitos de crime.

O presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, relata que essas investigações se fazem necessárias diante do período que o país atravessa, de grave inquietação institucional, marcado pela percepção de insegurança jurídica, desequilíbrio entre os poderes e ausência de respostas à altura da gravidade dos fatos que exigem esclarecimento público e imparcial.

“Percebemos que defender o Supremo Tribunal Federal é também exigir que sua atuação observe o devido processo legal, a imparcialidade, o sistema acusatório e as regras de impedimento e suspeição apli-

cáveis a todos os magistrados. Não é admissível que fatos de tamanha gravidade permaneçam sem apuração por decisão individual ou em ambiente que suscite dúvidas quanto à imparcialidade do procedimento, minando a confiança da sociedade brasileira nas instituições democráticas”, argumenta.

O final do documento referendado pelas entidades empresariais reitera acreditar em uma democracia saudável, em que homens e mulheres públicos possam desfrutar do prestígio das elevadas funções que exercem, reencontrando os valores que forjaram o Estado Democrático de Direito, não como um fim em si mesmo, mas como uma ferramenta a serviço do bem comum.